

CORREIO POLÍTICO

Lula Marques/Agência Brasil.



Alcolumbre já não teria por onde atacar o governo

Alcolumbre esgotou a caixa de ferramentas?

Passada a sua semana de 7x1 com as derrotas na indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF) e a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria, o governo agora confia fortemente no avanço das pautas de seu interesse no Congresso nos próximos dias. Especialmente por uma razão: acredita ter se esgotado a caixa de ferramentas do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). As derrotas importantes que ele poderia impor ao governo eram essas duas. E elas não teriam trazido para Alcolumbre seus objetivos, pessoais ou políticos. Assim, absorvida a derrota, a ordem é tocar no que interessa daqui para a frente. E refazendo as pontes com Alcolumbre.

Master não parou, nem vai parar

Como dizíamos por aqui na sexta-feira (8), se havia na derrota de Messias uma conjugação para tentar travar o avanço das investigações sobre o Banco Master, tal conjugação deu com os burros n'água. Esse avanço não depende nem um pouco de Davi Alcolumbre instalar ou não a CPMI do Banco Master. A investigação sobre Ciro Nogueira (PP-PI) demonstrou isso claramente. O palco desse avanço não será uma comissão no Congresso.

Joédson Alves/Agência Brasil



PL da Dosimetria deve cair no Supremo

Dosimetria pode ter saído pela culatra

No caso da derrubada do veto ao PL da Dosimetria, isso já era algo precificado pelo governo. Lula já sabia que o veto seria derrubado desde o momento em que o fez. Mas há uma avaliação de que Alcolumbre teria cometido um erro. Ao fatiar o veto para evitar os erros na formulação do PL que permitiam redução de penas para outros crimes além daqueles cometidos pela turma do 8 de janeiro, Alcolumbre teria cometido uma irregularidade. O que o Congresso poderia ter feito era manter ou derrubar o veto. Fatiar teria sido legislar de novo, criar nova lei.

O Supremo deve derrubar

Diante disso, a avaliação do governo é que o Supremo Tribunal Federal (STF) irá derrubar a manobra feita por Alcolumbre. Nesse sentido, Alexandre de Moraes já determinou no sábado (9) a suspensão de qualquer efeito até que o plenário do STF julgue. Com isso, a situação dos condenados no 8 de janeiro – inclusive o ex-presidente Jair Bolsonaro – vai continuar a mesma.

POR RUDOLFO LAGO

Novo PL

Pode até ser que se tente redigir um novo projeto de lei a respeito das condenações anti-democráticas para corrigir os problemas que havia no texto de Paulinho da Força (Solidariedade-SP). Mas isso irá implicar reiniciar todo o esforço de tramitação novamente. Master e outras preocupações podem adiar.

Retorno

Diante desse quadro, Davi Alcolumbre já deu os primeiros sinais de que agora deseja reconstruir suas pontes com o governo. Não seria a ele conveniente desde já embarcar de vez na canoa da oposição representada por Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Até porque mesmo a Federação União Progressista já fez isso.

Ciro e Rueda

No caso da federação, não é somente Ciro Nogueira que pode se chamuscar com as relações com o Master. Ela também pode atingir o presidente do União Brasil, Antônio Rueda. O escritório de advocacia de Rueda recebeu R\$ 6,4 milhões do banco. Flávio avalia até que ponto valerá a pena aproximar-se.

Agenda

O governo avalia que a agenda futura mais próxima no Congresso lhe seja agora favorável. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), estima conseguir aprovar o fim da escala 6X1 ainda neste mês de maio. Aprovada na Câmara, não deverá sofrer maior resistência no Senado. Há aí conexão de interesses.

Terras Raras

O projeto que regulamenta a exploração das chamadas "terras raras", aprovado na Câmara, avança para o Senado, e a expectativa é de rápida aprovação lá também. A regulamentação da exploração das terras raras foi um dos temas da conversa do presidente Lula com o presidente dos EUA, Donald Trump.

STF

Finalmente, avalia-se que Alcolumbre não derrotaria Lula novamente em nova indicação para o STF. Especialmente se Lula, como já dissemos por aqui, agora escolher alguém com perfil mais distante de um amigão do peito, que passe a ideia de que está indo para a Corte somente para blindá-lo.



Motta quer que comissão conclua trabalhos até 27 de maio

Semana política com foco em 6X1 e Terras Raras

Motta quer aprovar redução da jornada até 27 de maio

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (12), a comissão especial que debate a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da jornada na escala 6X1, onde o empregado trabalha seis dias da semana e folga somente um, realizará uma audiência pública para debater os impactos econômicos da medida. Na quarta-feira (13), a comissão realizará outra audiência pública, mas desta vez para discutir sobre os aspectos sociais da mudança.

O planejamento da comissão especial é concluir o parecer final do texto para, a pedido do presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (Republicanos-PB), permitir a votação do texto final até 27 de maio no plenário da Câmara dos Deputados.

A proposta, contudo, ainda enfrenta resistência de parte de setores, especialmente de empresários. Em audiência da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, na última semana, representantes do setor empresarial criticaram as propostas de redução da jornada de trabalho, alegando que as mudanças gerarão fortes impactos econômicos para o setor.

Terras Raras

Após ser aprovado no plenário da Câmara, a expectativa é que nesta semana o Senado Federal comece a analisar o pro-

to de lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), conhecidos como PL das terras raras. A proposta visa conceder incentivos governamentais e econômicos a projetos de processamento e transformação realizados no país. Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), a proposta é que os senadores analisem e aprovem a matéria o quanto antes.

"Terras raras" ou minerais críticos são 17 elementos distribuídos no mundo usados na produção de carros elétricos, turbinas eólicas, tecnologias de iluminação e sistemas militares. São eles: túlio, térbio, gadolínio, cério, neodímio, disprósio, érbio, európio, lutécio, hólmio, lantânio, promécio, praseodímio, escândio, samário, ítrio e itérbio. Eles também são essenciais para projetos de transição energética e de tecnologias de ponta, como painéis solares, smartphones e notebooks.

O Brasil é a segunda maior reserva mundial desses elementos, ficando atrás somente da China.

O presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta criou a Comissão Externa, "sem ônus para a Câmara dos Deputados, destinada à Prevenção e ao Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil". A comissão será coordenada pelo deputado federal Fernando Rodolfo (PRD-PE).